

### 3

## A situação dos leigos antes e no Vaticano II

Sempre será necessário um retorno para compreendermos melhor tudo o que realizamos no decorrer de nossa história. O que pretendemos, num primeiro momento, é procurar o significado da palavra “leigo” e ver como acontece a sua compreensão, no decorrer da história que se inicia com a missão dos apóstolos e avança até o Concílio Vaticano II.

Num segundo momento, o esforço se dirige ao estudo da própria Igreja a partir do Concílio para, a partir dela, compreender a nova proposta para a vida do leigo na Igreja e no mundo.

### 3.1. O leigo na história anterior ao Vaticano II

#### 3.1.1. A definição do leigo

Nas últimas décadas, aconteceram grandes mudanças e significativas propostas, para continuarmos nossa caminhada eclesial e amadurecimento sobre a identidade cristã dos leigos. Podemos, aqui, fazer uma pequena retomada, como luz para o seguimento de Jesus Cristo e testemunho coerente com a fé que professamos. Essa retomada nos conduzirá, por um momento, à Igreja doméstica do início do Cristianismo.

Os primeiros cristãos não são seres isolados, que se relacionam com a divindade ou com um fundador de uma nova religião, pois, desde sua origem, formam uma comunidade. O que percebemos é a presença de múltiplos fiéis, tanto abastados, como pobres que oferecem suas casas para que se realizem os encontros dessas primeiras comunidades, unidas pela fé e testemunho cristão. O termo “leigo”, propriamente dito, não existe, no Novo Testamento<sup>60</sup>, essa

---

<sup>60</sup> Podemos conferir aqui, ALMEIDA, J., *Uma abordagem histórica, Leigos em que?* São Paulo: Paulinas, 2006. p. 19 – O autor se fundamenta na obra de LA POTTERIE, I. de. L'origine et le sens primitif du mot laïc. Segundo Lanne, o primeira menção do termo “leigo” da era cristã está em *papirode Berlin do primeiro século* ( B. 1053 III. In: PRESIGKE, F. Wörterbuch zum Neuen Testament. 5. Verl 1958. Cf. LANNE, E. Lê laïcat dans L'Église ancienne. In: JEANNERET E., *Ministères et laïcat*, Taizé, Lês Presses de Taizé, 1964, p. 107, n.7. Mais do que documentar as

comunidade está unida pelos laços de fraternidade, e cada um deve colocar a serviço do outro a graça que gratuitamente recebeu (cf. 1Pd 4, 10; Gl 5, 23; 6,1 ss).

A graça ou carismas são dons, ao mesmo tempo pessoais e comunitários, que devem ser colocados a serviço dos outros. Encontramos, na Bíblia, especificamente, na carta de São Paulo aos Coríntios do capítulo doze ao quatorze, capítulos consagrados ao bom uso dos “carismas”. “Carisma” é uma palavra tipicamente paulina (aparece 14 vezes, nas cartas de Paulo, e só uma vez no resto do Novo Testamento) que, num sentido mais amplo, designa qualquer graça “*Karis*”, ou dom concedido por Deus, independente do posto que a pessoa ocupe dentro da comunidade eclesial.

O testemunho dos escritos neo-testamentário nos revelam que as primeiras comunidades cristãs conheciam de modo especial esses dons do Espírito. Nessa carta, Paulo enumera diferentes tipos de “*carismas*”; no entanto, ele deixa bem claro que, apesar dessa diversidade, todos são dados pelo mesmo Espírito. Nesse sentido, cada um dos que creem possuem o Espírito e, portanto, de diversos modos e medidas recebem esses carismas. O que se torna fundamental é que estejam sempre a serviço do bem comum. Avançando em nossa reflexão, existem serviços e ministérios que, na realidade, são formas específicas que esses carismas tomam em sua dimensão social e comunitária, sendo importantes à vida e à missão da Igreja. Dizem respeito ao lugar (cf. At 1,25), ou à parte (Cf. 1Pd 5,3) que alguns recebem em virtude da missão recebida, que, por sua própria natureza, está ligada a um carisma particular. Esses ministérios dão-se, na comunidade, são da comunidade, existem para a comunidade. Alguns são simplesmente ministros (Cf. 1Cor 4,1; 3,6; 6,4)<sup>61</sup>, outros presidem (Cf. Rm 12,8; 1Rs 5,12); existem comunidades que os chamam de guias (Cf. Hb 13,7. 17.24), em outras áreas sobressaem como episcopos (Cf. Fl 1,1), em outras como presbíteros (Cf. Tt 1,5); às vezes os dois últimos se equivalem (Cf At 20, 17. 28), são conhecidos também

---

categorias distintas – e opostas – no interior do Povo de Deus, o Novo Testamento nos coloca em contato com a comunidade, a Igreja que se define por sua relação com Deus ou com Cristo. Os membros dessa comunidade são todos chamados e eleitos, santos, discípulos, mas, principalmente irmãos, pois formam uma fraternidade. Fraternidade era o nome dado às pessoas unidas na mesma fé.

<sup>61</sup> De sua palavra e de sua graça – Cf. RODRIGUES, E. R. *Ministério dos Leigos na Igreja*. Aparecida: Santuário, 2000, p. 55.

como pastores. Essa lista iria longe e talvez até não conseguisse abarcar todos os serviços e ministérios que estão presentes na Igreja do Novo Testamento<sup>62</sup>.

### 3.1.1.1. O significado da palavra “*laikós*”

Vamos, aqui, recapitular dados muito antigos da tradição, inscritos, no próprio termo *leigo*, conservando na memória dois traços dessa definição. O *leigo* membro do “*laós*”, isto é, Povo de Deus. O “*laikós*” é um membro do “*laós*”, que é todo o povo cristão. Trata-se, aqui, de um conceito positivo, comentado de maneira explícita, no Novo Testamento sobre o sacerdócio real deste povo consagrado a Deus<sup>63</sup>: “*Vós sois a raça eleita, a comunidade sacerdotal do rei, a nação santa, o povo que Deus adquiriu para si*” (1Pd 2,9). O que notamos ao refletir com Bruno Forte, é que o termo “*Laikós*” não aparece, no Novo Testamento, aqueles que se integram, nas primeiras comunidades cristãs são chamados de “*santos*” e “*eleitos*” e acima de tudo de, “*irmãos*”.<sup>64</sup> Nos escritos cristãos antigos, o uso do termo é raríssimo<sup>65</sup>, a expressão vai ser usada no decorrer da história do laicato, para indicar o povo, enquanto distinto dos sacerdotes ligados oficialmente ao culto. Porém, é, no ambiente latino, que a partir do séc. III o termo “*laikós*”, vai aparecer ao lado do termo “*plebeius*”, que continuará a determinar o leigo até a Idade Média. Nesse período, vai se introduzindo ao termo, o sentido de “*laicus*”, já fixado por Tertuliano, aqui, o termo já ganha a conotação de cristão que não pertence ao clero<sup>66</sup>.

Percebemos que, na história, o termo vai se evidenciando com duas conotações. Assim, podemos chamar essas conotações, respectivamente, como parte integrante de dois polos, que seriam o “comunitário” e o “ministerial ou hierárquico”. Toda a história do laicato cristão e sua prática vão encontrar grande conotação e abrangente significado, nas articulações desses dois polos. Para compreendermos melhor tais conotações, evidenciaremos a partir das colocações

<sup>62</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica*.p. 21-22.

<sup>63</sup> Cf. SESBOUË, B. *Não Tenham Medo, os ministérios na Igreja hoje*. São Paulo: Paulus, 1998, p. 116.

<sup>64</sup> Cf. FORTE, B. *A missão dos Leigos*. São Paulo: Paulinas, 1987, nº 2.1, p. 21.

<sup>65</sup> Segundo a pesquisa realizada por Bruno Forte, em sua obra já citada anteriormente, o termo acha-se, na *Carta de Clemente Romano aos coríntios* (40,6), in Clemente de Alexandria (*Stromata* 3,12; 90;1;5, 6, 33,3; *Pedagogo* 3,10; 83,2 nas edições GCS e in Origenes *In Jeremias Homilia* 11,3), como também na *Carta de Clemente a Tiago nas Pseudo-Clementinas* 5,5.

<sup>66</sup> Cf. FORTE, B. *A missão dos leigos*, pp. 21-22.

de Bruno Forte: a fase do Novo Testamento; a fase pré-constantiniana; a fase de cristandade; e a fase época moderna e contemporânea<sup>67</sup>.

### 3.1.1.2. Fase do Novo Testamento

Anteriormente, tivemos a oportunidade de constatar que o termo *laikós* ainda se encontra ausente, no Novo Testamento, porém, vamos abordar neste momento, a dupla realidade que o termo conota<sup>68</sup>. Já, no Antigo Testamento, por força da eleição divina e da Aliança, Israel é eleito e estabelece uma Aliança com Yahveh como povo de Deus (cf. Dt 29,12; Lv 26,12), povo santo, a ele consagrado, por ele separado (cf. Ex 19,6), sua propriedade (cf. Ex 19,5), seu rebanho (cf. Sl 80,2), sua vinha (cf. Is 5, 1-7), seu filho (cf. Ex 4,22), “reino de sacerdotes” (cf. Ex 19,6), povo mediador e testemunha para outros povos (cf. Is 44,8). Israel é o povo (hebraico *‘am*, grego *laós*); os outros são nações estrangeiras, os gentios (hebraico *goiim*, grego *étne*). Como Israel é infiel à Aliança, os Profetas vão conclamá-lo ao arrependimento e à conversão para que, mudando o coração, voltem a ser povo de Deus, não já, no presente, mas povo à espera de uma nova e eterna aliança realizada pelo Messias, da qual nascerá um novo povo (cf. Is 10,10); um povo santo, aberto para todos os povos, sobre o qual o Senhor irá derramar o seu Espírito<sup>69</sup>.

Essa Nova Aliança<sup>70</sup>, esperada e prometida, é totalmente realizada em e por Cristo, pela vontade do Pai, na ação do Espírito Santo. Os fiéis em Cristo são definitivamente regenerados pela semente incorruptível da Palavra de Deus viva e eterna (cf. 1Pd 1,23), constituem a “raça eleita”, o sacerdócio régio, a nação santa. O novo povo que Deus vai proclamar as obras maravilhosas dele; eles que em tempos não eram povo, agora, ao invés são o “povo de Deus” (cf. 1Pd 2, 9-10; LG 9).

<sup>67</sup> Cf. *Ibid.*, p. 22.

<sup>68</sup> Cf. *Ibid.*, p. 23.

<sup>69</sup> Todas essas citações foram retiradas da pesquisa que Bruno Forte realiza em sua obra. Confira em FORTE, B. *A Missão dos Leigos*.p. 23.

<sup>70</sup> O projeto de Deus apresentado em At 2, 42-47; chega como ideal da comunidade: é na comunhão da Nova Aliança, que a vida se realiza como testemunho de Jesus ressuscitado. A partilha de todos os bens, a oração, no templo e nas casas e a comunhão fraterna são normas que vão de encontro com a concepção da época. As casas vão substituindo os templos, mostrando assim, que foi transferida para a família a herança da tradição antiga, simbolizada no templo; agora o espaço simples e alegre, onde se desenvolve a vida que será implantada a morada, a tenda de Deus – Cf. RODRIGUES, E. R. *Ministério dos Leigos na Igreja, à luz do Novo Testamento*, Aparecida: Santuário, 2000, p. 51-52.

O que apresentamos, nesta reflexão, é a novidade desse povo ter sido convocado pelo Pai por meio de Cristo e constituído pela efusão do Espírito Santo: Jesus *recebe*, na carne, o Espírito de Deus, inaugurando nele e na história a nova criação.

O homem Jesus é concebido por obra do Espírito Santo (cf. Mt 1,20; Lc 1, 35); sobre ele desce o Espírito Santo, no batismo do Jordão (cf. Mc 1,10); é repleto do Espírito Santo que o ungiu para anunciar a boa nova aos pobres (cf. 1Pd 2, 9-10; LG 9).

O Novo Testamento nos apresenta a identidade desse novo povo de Deus, um povo consagrado pela unção do Espírito Santo. A Igreja incorpora cada fiel a Cristo por meio do batismo e também da eucaristia, edificando o Corpo de Cristo, a Igreja. No âmbito desse povo que é todo consagrado, sacerdotal, o Espírito é que suscita uma variedade de ministérios e de carismas<sup>71</sup>, assim, podemos afirmar que todo o cristão é carismático, isto é, carisma aqui quer dar uma conotação de consagração, em vista de uma missão própria e distinta na Igreja e no mundo. Diante disso, compreendemos que entre esses dons existe uma unidade profunda em relação ao amor que é suscitado pelo único Espírito. Essa dimensão pneumatológica se insere, na regulamentação apostólico-ministerial, no serviço da Igreja. O que pretendemos colocar, em destaque, não é tanto a distinção entre esses carismas e ministérios, mas sim, a tensão existente entre um povo que é todo consagrado, ungido pelo Espírito, e o mundo em que toda a vontade de Deus se realiza e manifesta<sup>72</sup>.

Para encerrarmos esse ponto, queremos dar uma ênfase ao verdadeiro sentido de testemunho cristão<sup>73</sup>, já presente nas primeiras comunidades. O

---

<sup>71</sup> O Concílio Vaticano II vai dizer – Os leigos, diz-nos o Concílio, tornados participantes da função sacerdotal, profética e real de Cristo, assumem, na Igreja e no mundo, sua parte naquilo que é a missão de todo o povo de Deus. Exercem concretamente seu apostolado, despendendo-se pela evangelização e pela santificação dos homens; a mesma coisa se dá quando se esforçam para introduzir na ordem temporal o espírito evangélico e quando trabalham para o seu progresso, de tal modo que, nesse domínio, sua ação dê mais claramente testemunho de Cristo e sirva à salvação dos homens. Sendo próprio do estado dos leigos viver no meio do mundo e da coisa profana, eles são chamados por Deus para exercerem seu apostolado no mundo à maneira de fermento, por causa do vigor de seu espírito cristão – cf. AA2.

<sup>72</sup> Cf. FORTE, B. *A Missão...* p. 26.

<sup>73</sup> O nascimento das comunidades cristãs acontece, nas casas lugar onde se desenvolve a vida, onde brota o Espírito de partilha, da comunhão e da oração. Porém, esse fato não ocorre somente nas sinagogas e entre os judeus, mas também entre os gentios. Junto com a comunidade, nasce também a necessidade de ministros, para servir, anunciando o Evangelho de Jesus tanto para judeus como para gregos. Nessa trajetória terão que enfrentar os perigos, a perseguição e até mesmo a morte, isto é, faz-se necessário o verdadeiro testemunho – Cf. RODRIGUES, E. R.

testemunho mais claro e convincente, da experiência vivida na fé, é a entrega incondicional de si mesmo ao Deus revelado em Jesus Cristo, entrega que pode levar até ao derramamento de sangue. Podemos citar, aqui, o testemunho luminoso de Estevão, aproximadamente no ano 35, que morre apedrejado em Jerusalém, sob o olhar de Saulo (Cf. At 7,59), testemunho esse que será seguido por outros homens e mulheres, em toda a história por meio dos mártires cristãos<sup>74</sup>.

### 3.1.1.3. Fase constantiniana

Continuamos nossa análise, a partir de Bruno Forte, com a intenção de apresentar uma base histórica, para assim compreender qual o verdadeiro sentido do testemunho cristão. Nos primeiros cristãos encontramos o maior realce da unidade do povo de Deus, no que diz respeito à dialética, povo de Deus e mundo. A Igreja se realiza, na história, e vai se revelando como fermento e também como alternativa. Existe, nesta fase, dentro da civilização greco-romana uma crise de rejeição<sup>75</sup>. Dentro dessa realidade, os cristãos vão percebendo claramente a novidade que sua experiência de fé representa e, ao mesmo tempo, a tensão existente, proveniente da dificuldade de realizar plenamente suas convicções de fé no quotidiano.

O sentido escatológico é conservado vivo pelo sangue dos mártires cristãos e, por sua vez, alimenta a coragem do martírio<sup>76</sup>. Aqui, a preocupação é de dar ênfase ao verdadeiro testemunho vivido intensamente por esses cristãos, que doam até a própria vida para trazerem ao mundo a novidade cristã; não existe ainda, nesta fase, a preocupação de distinguir os cargos existentes em seu desenvolvimento interior, mais sim, de dar testemunho de fé através até do

---

*Ministério dos Leigos na Igreja, À luz do Novo Testamento*, Editora Santuário, Aparecida, 2000, p. 49-50.

<sup>74</sup> ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica*, p. 37.

<sup>75</sup> Cf. FORTE, B. *A missão...* p. 27ss. A igreja projeta-se na História, mostrando-se como fermento e como alternativa: a civilização greco-romana vive em seu confronto uma crise de rejeição. Por outro lado, os cristãos percebem claramente a novidade de sua própria experiência e a tensão em vista de uma plena realização da mesma; o sentido da escatologia é conservado vivo pelo sangue dos mártires, e, por sua vez, alimenta a coragem do martírio. Compreende-se, por isso, como a preocupação seja mais aquela de destacar a novidade cristã, do que aquela de distinguir ou contrapor no seu interior. O polo comunitário, por conseguinte, é o mais notado.

<sup>76</sup> Observamos que a maior preocupação, aqui, é destacar a novidade cristã, mais do que distinguir o seu interior, notamos um polo comunitário se definindo em suas estruturas. É uma época quando a organização hierárquica está se definindo, o que vai sempre permanecer viva é uma variedade de ministérios e carismas.

martírio<sup>77</sup>. Isso não quer dizer que a Igreja dos mártires ignore a tensão proveniente das articulações internas de seu interior, mas o polo comunitário tem aqui maior destaque. Nessa fase, porém, enquanto a organização hierárquica vai se afirmando, permanece viva e atuante uma variedade de ministérios e carismas.

Os mais antigos *tituli* romanos levam os nomes desses leigos que acolhem outros cristãos em suas casas<sup>78</sup>. A ação individual e comunitária de leigas e leigos vai desempenhando, em seus primeiros passos, importante papel, na conversão de judeus e pagãos no começo do cristianismo<sup>79</sup>. Foi, provavelmente, desse modo, com essas realizações que durante os dois primeiros séculos, o cristianismo foi conquistando a maior parte de seus fiéis. Os cristãos antigos sabiam o que infelizmente esqueceram os cristãos modernos: “*Os cristãos fazem-se, não nascem feitos*”<sup>80</sup>. “*Ouvi isso, vós também, leigos, Igreja eleita de Deus. Porque o Povo de outrora já era chamado povo de Deus e nação santa. Mas vós sois a Igreja de Deus santa e consagrada, inscrita no céu, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido*”<sup>81</sup>. Nesse sentido, o termo “leigo” tem o significado de consagrado, santificado, faz parte e é membro do sacerdócio real<sup>82</sup>. Esse estatuto de santificação repousa no batismo, aqui à imagem de Cristo, a unção do batizado faz dele um “cristão”. Percebemos, assim, que o batismo é o fundamento da iniciação cristã, e também, de todos os sacramentos da vida cristã, dos quais vivem e se alimentam todos os crentes<sup>83</sup>.

<sup>77</sup> Cf. FORTE, B. *A missão...* pp 26-27.

<sup>78</sup> Destacamos, aqui, o *titulus Clementis* ou, semelhante, as catacumbas de Domitila e Priscila, senhoras de posse que ofereceram os terrenos adjacentes ou abaixo de suas vilas, para o sepultamento dos difuntos cristãos – não só os mártires – indicamos para este aprofundamento como sugere Antônio Almeida os documentos de Tertuliano que fala das *área sepulturarum*, *Ad Scapulam*, 3; *Apologeticum* 39, 5-6; cf. ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica, Leigos em que?* P. 31-32.

<sup>79</sup> Igualmente é conhecido de todos que a ideia cristã se propagou pelas vias consulares não só graças ao zelo dos bispos e sacerdotes, mas também pela obras dos magistrados civis, dos soldados e também dos cidadãos comum. Muitos e milhares de crentes, há pouco aportados à fé, dos quais hoje se ignoram os nomes, animados pelo desejo ardentíssimo de difundir a nova religião por eles abraçada, procuraram preparar-lhe a estrada, de modo que, depois de cerca de cem anos, o nome e as virtudes cristãs já tinham atingido todos os centros mais importantes do Império Romano – Almeida cita em sua obra e pesquisa histórica o Documento de Pio XII, *Evangelii praecones*, 7 – Cf. ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica, Leigos em que?* Paulinas, São Paulo, 2006, p. 31-32.

<sup>80</sup> Cf. Tertuliano *Apologeticum*, 27 in ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica..* p. 31-32.

<sup>81</sup> *Constitutions apostoliques II*, 26, I; SC 320, p. 235 in ALMEIDA, *Uma abordagem histórica..* p. 31-32

<sup>82</sup> Cf. SESBOÛÉ, B. *Não Tenham Medo! Os ministérios da Igreja hoje...* p. 116.

<sup>83</sup> Cf. *Ibid.*, p. 116.

Não obstante, o dom da santidade batismal é também uma vocação, um chamado à santidade pessoal, nesse sentido, todo o povo de Deus é um povo santo<sup>84</sup>. Com certeza, nesses longos séculos de perseguições e também de clandestinidade (do séc I ao IV), leigos e leigos desenvolveram considerável trabalho catequético e apologético. Podemos pensar no filósofo Justino<sup>85</sup>, em sua *I Apologia* n. 67, vai dizer que o povo responde ao Presidente da assembleia durante a celebração eucarística<sup>86</sup>.

Percebemos uma mudança de foco, no que diz respeito à posição do leigo, na assembleia, de maneira semelhante, encontramos distinção entre leigo e sacerdote também em Orígenes<sup>87</sup>, começa surgir uma distinção significativa, e porque não dizer negativa, na realidade dos leigos, pois, no contexto cútico, os leigos aparecem em último lugar. Vamos percebendo que, no séc III, os *Laikós* já não têm o mesmo valor. A partir desse século, encontramos uma Igreja já muito bem estruturada e integrada ao Império Romano. Começa, aqui, a valorização da tríade *Bispo, presbíteros e diáconos*, as Igrejas locais são, no século III, organismos vivos e autossuficientes, já dotadas de serviços específicos indispensáveis para sua realização. No interior de cada comunidade local, aos poucos, vão se distinguindo *ordo e plebe*, isto é, clérigos e leigos<sup>88</sup>.

Encontramos, na obra de Pe. Almeida, uma abordagem histórica significativa, para a assimilação dessas questões, ele vai dizer que coube a Tertuliano<sup>89</sup>, nos primeiros anos do século III, dar o sentido técnico de *leigo* como aquele que não é sacerdote, aqui os *leigos* são assimilados à *plebs* (o povo, a

<sup>84</sup> Cf. *Ibid.*, p. 116.

<sup>85</sup> Justino nasceu em Flávia Neapolis, na Palestina – I Apologia I, I – provavelmente nos primeiros anos do século, e morreu em Roma, mártir, sob Rústico, prefeito chefe de polícia de Roma entre 163 e 167, ele próprio se autodenominava Samaritano – Justino *Diálogo*, 120,3 – que abre uma escola em Roma, onde escreve suas apologias, dirigidas ao Imperador Antônio Pio (138-161), e o *Diálogo com Trifão*, a mais antiga Apologia conservada, contra os hebreus. Envolto em seu manto de filósofo – *Diálogo*, 1,9 – Justino foi o primeiro cristão a usar as categorias aristotélicas para dizer a mensagem cristã, na tentativa de conciliar fé e razão – cf. ALMEIDA, A. *Uma abordagem histórica ...* p. 33.

<sup>86</sup> Cf. SESBŪÉ, B. *Não Tenhais Medo!* p. 27

<sup>87</sup> Cf. *Sobre Jeremias, Homilia*, 11,3. In SESBŪÉ, B. *Não tenhais medo!* p. 27.

<sup>88</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica...* p. 42.

<sup>89</sup> Tertuliano, o mais importante e original dos escritores latinos, tirando Agostinho de Hipona, nasceu por volta de 155, em Cartago filho de pagãos. Formou-se como jurista, e exerceu a advocacia em Roma. Converte-se ao cristianismo por volta de 193, e estabeleceu-se em Cartago, pondo a sua erudição ao serviço da fé. A partir de 207, passou ao montanismo, e permaneceu separado da Igreja até a morte ocorrida por volta de 222. De temperamento violento e enérgico, todos os seus escritos são polêmicos. Esse temperamento é impressionado pelo testemunho dos mártires, que o levou à conversão, isso permite compreender sua passagem pelo montanismo – cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tertuliano>. Acessado em 05 de ago de 2008.

plebe) são distintos dos bispos, sacerdotes e diáconos, em geral, colocando aqui o clero, como os *chefes e pastores*, colocações essas, que perdurarão ao longo dos próximos séculos<sup>90</sup>. Nossa abordagem teve como objetivo apresentar uma caminhada histórica, porém, sintética, do povo de Deus durante esse árduo período.

#### 3.1.1.4. Fase da cristandade

A intenção colocada, neste item, é apenas um fundo histórico como caminho e direção, no que diz respeito ao significado da palavra “*leigo*”, e suas conotações, no decorrer desse processo histórico. Começa a se perder, nessa fase, o sentido escatológico da realização da Igreja, no mundo, visto que a assimilação da Igreja ao Império introduz uma situação de assentamento e também, de segurança; em seguida, a entrada em massa dos povos bárbaros, na comunidade eclesial, leva a uma diminuição do fervor na fé<sup>91</sup>. Começa, aqui, uma nova relação dialética, porém, desta vez o questionamento é mais no interior da Igreja. Nessa fase, desenvolve-se uma visão de vida espiritual separada e distinta das realizações mundanas. Essa distância entre essas duas categorias irá crescendo por diversos fatores: os clérigos irão, apresentando-se diante da sociedade, como os depositários do poder e também da cultura<sup>92</sup>.

Esse processo se realiza por meio de uma assimilação de proximidade entre os clérigos, uma distância automaticamente aparece como resposta a esse processo, distanciando os leigos como cristãos de segunda categoria<sup>93</sup>. Nesse ponto manifesta-se a relação dualista citada anteriormente: de um lado *espirituais*, os monges e o clero; do outro lado, *os carnavais*, todos os outros, os leigos. Os primeiros são concebidos como *evangélicos*; os outros, os leigos, estão comprometidos com as ocupações mundanas<sup>94</sup>.

Avançando ainda mais, observamos mudanças significativas entre essas distinções categoriais; um está totalmente ligado ao serviço *divino* e tem uma

<sup>90</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Uma abordagem histórica...*, p. 42-43.

<sup>91</sup> Cf. FORTE, B. *A Missão dos leigos...* p. 30.

<sup>92</sup> Cf. *Ibid.*, p. 30.

<sup>93</sup> Cf. *Ibid.*, p. 31.

<sup>94</sup> Cf. Bruno Forte faz, nesta obra, uma excelente abordagem sobre esta questão, que se torna a meu ver, fundamental para entendermos as dificuldades que ainda encontramos entre essas duas distinções e categorias de cristãos – Cf. FORTE, B. *A missão dos leigos*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 32-35.

especial dedicação aos momentos oracionais, afastando-se gradativamente, de todo o *barulho*, seja interior ou exterior, que as realidades temporais exigem. Do outro lado, deparamo-nos com o *laos*, os leigos, a estes é permitido adquirir bens temporais, casar, cultivar a terra, trabalhar como juízes, defender as próprias causas, pagar dízimo, enfim, se ocupar das coisas de seu tempo. Dessa forma, os leigos podem se salvar, isso se, todavia, evitarem os vícios e viverem fazendo o bem<sup>95</sup>. Esses passam, dessa forma, a serem excluídos de toda a atividade de ordem *sagrada*. Realizados pela hierarquia, a prevalência do polo hierárquico irá contribuir para o empobrecimento da realidade positiva do laicato, no sentido de empobrecer com isso a visão dos carismas e ministérios vividos com tanta intensidade na Igreja dos mártires<sup>96</sup>.

Nossa pretensão não é absolutamente dar destaque a essas questões numa perspectiva negativa, o que pretendemos, nessa abordagem, é encontrar luzes, na história passada, para continuar o caminho na história futura. O foco é o olhar, no horizonte, encontrando, nele, respostas para o verdadeiro significado da palavra *Laikós*. Temos consciência de estarmos, numa situação evolutiva, no que diz respeito às questões aqui apresentadas; ao mesmo tempo, percebemos que só o futuro nos permitirá dar mais tarde as devidas definições. Mas, desde já, precisamos ver o mais de perto possível o que realmente está em jogo “os sinais dos tempos”. Buscando assim, como, na Igreja Primitiva, o discernimento para que possamos entender o que o Espírito diz hoje à Igreja de Jesus Cristo<sup>97</sup>.

### 3.1.1.5. Fase moderna e contemporânea

A Idade moderna começa a ser reconhecida particularmente por sua diversidade diante da Idade Média, ou seja, pela suas tendências de desfazer,

<sup>95</sup> Cf. *Ibid.*, p. 30-35.

<sup>96</sup> Aqui os carismas e ministérios começam a ser absorvidos e institucionalizados pelo monaquismo, nascido como fenômeno laical; se é verdade que ao imperador e aos nobres se reconhece certo carisma de intervenção nos negócios eclesiásticos, isso porém, é visto numa perspectiva clericalizante, que desconhece a autonomia e o valor das realidades terrenas – Cf. FORTE, B. *A missão dos Leigos e leigas*, p. 33.

<sup>97</sup> Estamos, na presença de um novo modo de passagem do grupo de todos para o grupo de alguns através da emergência de um novo polo. Sem voltarmos aos vários precedentes de tal processo, na história, parece que o paralelo mais próximo é a maneira pela qual Paulo justifica e sustem os ministros locais de suas comunidades, numa época na qual ainda não se falava de ordenação e na qual o fundamento desses ministérios era o relacionamento que eles mantinham com o Apóstolo – Cf. SESBOÜÉ, B. *Não Tenhais Medo!*, p. 147. (cf. 1Ts 5,12; 1Cor 16,15-16).

desagregar e dispersar como: subjetivismo e individualismo, nacionalismo, laicismo e secularização<sup>98</sup>.

O mundo e suas realizações humanas começam, nessa fase a se afirmar autonomamente, independente das realizações e colocações da Igreja, começa aqui a se revelar virtualidades positivas e valores próprios. Assim, surge uma forte reação, já iniciada na reforma tridentina. “*Ela constitui-se numa autêntica mobilização geral da comunidade eclesial, com o objetivo de tornar consciente da própria fé as massas dos fiéis, para defendê-los dos erros e formá-los nas riquezas do mistério cristão*”<sup>99</sup>.

Nessa fase também, Pe. Almeida, com sua pesquisa histórica, remete-nos para o fim do séc. XIV e o início do séc. XVI, uma confluência de fatores conduzirá a uma nova valorização do ser humano. O Humanismo<sup>100</sup> é um movimento nascido, na Itália, que, aos poucos vai se espalhando por toda a Europa. As profundas mudanças de paradigma dessa fase levarão o laicato a um interesse maior pelas irmandades e as ordens terceiras medievais<sup>101</sup>, ao mesmo tempo, aumentam a participação dos leigos com uma nova visão de mundo.

O humanismo começa agora a falar também pela voz dos leigos; o leigo poeta, o leigo escritor<sup>102</sup>, nessa mesma fase, irá surgindo organizações leigas, que de forma caritativa<sup>103</sup> se organizam.

<sup>98</sup> Cf. FORTE, B. *A missão dos leigos* 2ª ed., Paulina, São Paulo, pp. 33-34. – Bruno forte vai afirmar, nesta obra, que à dissolução da síntese religiosa e política, com a Reforma e o nascimento dos estados nacionais, junta-se a afirmação da novas autonomias nos confrontos da esfera religiosa.

<sup>99</sup> FORTE, B. *Missão dos leigos...* p. 34

<sup>100</sup> Cf. ALMEIDA, J. A. *Leigos em que? Uma abordagem histórica*, Paulinas, São Paulo, 2006, pp 155-156. - O Humanismo pretende revalorizar a pessoa humana e a atividade do homem em todos os setores da vida, operando uma reapropriação, dos antigos na literatura, na arte, no pensamento, e rompendo com as formas de vida medievais e com a rigidez especulativa da escolástica. O humanismo em seu aspecto especulativo e conteudístico é uma valorização do *humanitas*; sob o aspecto histórico-filosófico. Como em todos os fenômenos históricos, no humanismo também há um momento de ruptura e um momento de continuidade. Nesse sentido, o humanismo se mantém o fundamental filão cristão medieval, cujos motivos humanos, temporais, seculares são recuperados renovados nos séculos XIV e XV.

<sup>101</sup> Cf. FORTE, B. *Missão dos Leigos*, p. 34-35 – Segundo Bruno Forte, estas irmandades e ordens já haviam alinhado os oratórios e as Companhias do Divino Amor (1497). Os montepios (século XIV), as *Fraternitates* da *Devotio Moderna* (nos Países Baixos), em seguida irão juntar-se as companhias ou escolas da Doutrina Cristã (Milão 1536), as Congregações Marianas (santo Inácio de Loyola), os oratórios (são Felipe Néri), etc. Contemporaneamente inicia-se a promoção da presença feminina e ativa das mulheres, graças às congregações femininas orientadas para obras sociais.

<sup>102</sup> Cf. ALMEIDA, J. A. *Leigos em que? P. 157* – O aretino Francisco Petrarca (1304-1374), que passa vários anos na cidade papal de Avinhão, é o mestre do humanismo. Ele vê nos *studis humanitates* um instrumento eficaz e uma força espiritual para impulsionar uma nova cultura e

Porém, cabe reconhecer que, nesse florescimento de organizações e personalidades, existe, sim, uma efusão carismática autêntica, aqui, os carismas leigos alcançam um despertar maravilhoso. Devemos, ao mesmo tempo, levar em consideração que esse novo tipo de relacionamento da Igreja, com o mundo da idade moderna será realizado mais, na perspectiva de uma nova alternativa, do que propriamente um novo diálogo, visto que a tendência ainda é construir novas estruturas que ocupem lugar, na *societas christiniana*; o que ainda pretende se edificar é verdadeiro e próprio do mundo católico, ainda se mantém a visão da Igreja como sociedade perfeita, contraposta ao mundo não católico<sup>104</sup>.

A volta às fontes iniciadas no século XX, com o movimento bíblico, patrístico, litúrgico e ecumênico, o crescimento do laicato, as atribuladas guerras mundiais, as próprias transformações que tudo isso implicou e o surgir de uma realidade secular, provocam uma mudança de consciência por parte das comunidades eclesiais.

Porém, é durante o século XX que uma nova solução começa a amadurecer para o problema Igreja-mundo, isso tudo em conexão significativa com uma renovada percepção de uma nova experiência dentro da mesma Igreja. Recuperam-se, nessa fase, os aspectos da eclesiologia, esquecidos até então, como consequência do jurisdicismo que muito tempo predominou no passado. Nessa fase, também, descobre-se a Igreja em sua relação com a Trindade<sup>105</sup>, sua profundidade cristológica, pneumatológica e sacramental, volta-se agora a pensar, na relação da Igreja com o mundo; não propondo alternativas que concorram com as estruturas seculares. Nesse sentido, a Igreja se posiciona como levedura e fermento ao serviço da família humana<sup>106</sup>.

Nesse contexto, também a reflexão e a práxis relativa ao laicato atingem uma dimensão de profunda renovação, aqui se recupera progressivamente o polo comunitário da realidade eclesial, assim, as várias organizações leigas enveredam,

---

uma nova concepção de vida. Retorna à Antiguidade clássica, de um lado, para criticar a Idade Média e, de outro lado, para inaugurar a construção das linhas ideológicas da modernidade.

<sup>103</sup> Cf. FORTE, B. *Leigos em que?* pp. 34-35 – Como por exemplo: As Conferências de São Vicente de Paulo, fundada por Frederico Ozanam.

<sup>104</sup> Cf. FORTE, B. *A Missão dos leigos*, p. 35.

<sup>105</sup> A renovação eclesiológica – inspirando-se principalmente na Teologia dos Padres e da Escolástica, recuperar a dimensão pneumatológica e cristológica da realidade eclesial, floresce e desenvolve, com força impressionante, a teologia da Igreja como Corpo Místico de Cristo – pense-se a obra de É Mersch, *Lê Corps mystique du Christ, Études de théologie historique*, Paris Bruxelas, 1936, 2 vols.

<sup>106</sup> Cf. FORTE, B. *A missão dos leigos*, p. 36.

no trabalho de conscientização, abrindo-se ainda mais ao ensinamento do magistério. Ensino esse que se torna pertinente para a compreensão da consagração do mundo, ou seja, sua santificação<sup>107</sup>. Dessa forma, a história vem interrogar a Igreja, não só na maneira como ela se apresenta no mundo, mas significativamente como ela realiza a reflexão sobre si mesma. É sob o impacto desse desafio que emergem as ideias de Igreja como sacramento, como povo de Deus e, finalmente, Igreja como comunhão de pessoas e de Igrejas<sup>108</sup>.

Não podemos passar por esses questionamentos sem a colaboração de Yves Congar, que ao analisar o problema da Igreja, situa sua perspectiva dentro da eclesiologia total em que aparece também a santidade leiga. Ele nos apresenta que o Evangelho ensina que a situação do cristão embora seja uma situação de oposição ao mundo, ao mesmo tempo, os fiéis são chamados a viver no mundo. Tudo está articulado: a vida presente com a vida eterna. Entendemos, aqui, a proposta de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>109</sup>.

Ele se entrega e se coloca a serviço das coisas deste mundo, mas sempre em vista do Reino de Deus. O Evangelho de Mateus em suas primeiras páginas nos introduz à missão de Jesus, e os capítulos seguintes narram a sua luta para a apresentação das propostas dessa Boa Nova, ou seja, uma nova maneira de se posicionar no mundo. É claro que o Evangelho nos revela a primazia efetiva ao serviço do Reino e do reinado de Deus, como maneira de os cristãos levarem no mundo sua vida de obediência Àquele em quem depositam sua fé. Nenhum texto diz mais claramente isso do que a Oração Apostólica (cf. João 17, 6-19).

Encontramos, nessa oração, o significado dos discípulos de Jesus, ao mesmo tempo em que não são do mundo, estão totalmente no mundo<sup>110</sup>. Nessa análise, Yves Congar vai aprofundar essas questões, ressaltando que os cristãos não são do mundo justamente por serem escolhidos pelo Pai, e chamados por Ele, tendo recebido e guardado a palavra, pertencem a Jesus Cristo, nesse sentido, estão no mundo, são o povo de Deus e corpo de Cristo. Entretanto, Jesus não pede que sejam retirados do mundo, mas que aí permaneçam e lhes confia uma missão a seu respeito (cf. Jo 15, ss).

---

<sup>107</sup> Cf. *Ibid.*, p. 36.

<sup>108</sup> CF. FORTE, B. *A Igreja Ícone da Trindade*. São Paulo: Loyola, 2005, p.15.

<sup>109</sup> Cf. CONGAR, J. M. Y. *Os Leigos na Igreja, escalões para uma teologia do laicato*, São Paulo: Herder, 1966, p. 587.

<sup>110</sup> Cf. *Ibid.*, p. 588.

São Paulo tem uma visão positiva sobre a situação e destino do mundo tomado como cosmos: ele deve ser inteiramente submetido a Deus, pois tudo é vosso, vós sois de Cristo, Cristo é de Deus (Cf. 1Cor 3.23). Não quer dizer, expressamente, que essa tarefa de submeter tudo a Deus caiba somente aos fiéis, acima de tudo, é resultante do poder de Cristo exercendo-se até o fim da História.

Dentro dessa ótica, podemos compreender que os fiéis relacionam todas as coisas a Cristo, usando-as para o bem e com ação de graças; servindo-se legitimamente dos bens do mundo, o que é também uma virtude recomendada, no saber gerir seus negócios e sua casa. Não encontramos, pois, nos escritos apostólicos conselhos de abandono das atividades do mundo. Mas, encontramos conselhos de que os fiéis devem exercer essas atividades temporais e nelas distinguir-se para promover o Reino de Deus. Vivendo franca e lealmente no mundo, os cristãos são cidadãos de outra cidade celeste (Cf. Fl 3,20); esta vida levada neste tempo da história, na carne, deve ser vivida na esperança de uma vida melhor, de cujas garantias já gozam<sup>111</sup>.

Com essa reflexão, podemos concluir com Yves Congar, que é a partir da vontade de Deus que se deve compreender a condição do cristão no mundo, porque, é essa a sua vontade. Ele, ao mesmo tempo em que tira o fiel do mundo para fazê-lo Cidadão de sua Cidade, não tira de suas ações, no mundo, mas lhes impõe a trabalhar. Deus dirige um apelo, que não arranca os seus para fora do mundo, e é exatamente por esse mesmo apelo, que os constitui seu Povo; visível através de seu amor, na fé e na solidariedade. Este povo começa a existir na pessoa de nosso patriarca na fé Abraão, pai dos crentes: “*Sai de teu país, de tua família e da casa de teu pai*” (Cf. Gn 12,1).

Aquele que deixa de responder a esse chamado de Deus não está apto para viver a dimensão do Reino de Deus. Porém, nem todos são chamados a trabalhar da mesma forma, mas todos devem responder ao mesmo chamado, exatamente onde estão. Jesus compreende muito bem isso, e não retira nem o centurião de seu comando, nem Nicodemos e José de Arimatéia de sua posição honrosa, nem o povo que o escutava de sua condição. Ele manda o paralítico, a mulher acusada de adultério, a Samaritana para suas casas<sup>112</sup>.

---

<sup>111</sup> Cf. Ibid., p. 590.

<sup>112</sup> Cf. Ibid., p. 622.

São Paulo vai declarar que indiferente de comer, beber ou abster-se, casar ou permanecer celibatários, todos são convidados a permanecerem em seu estado anterior à conversão. É evidente que os apóstolos não mudaram a organização da vida daqueles que ao assimilarem suas palavras transformaram-se em fiéis. Mas, também é certo que, pela força de sua pregação e testemunhos, foram retirados da dominação do mundo e responderam ao chamado de Deus, e depois, convertidos foram recolocados, no mesmo mundo, marcados com a tarefa e vocação de seguir a vontade de Deus exatamente onde estão. Sendo assim, de certa forma, tira-lhes do mundo com uma mão e dá-o com a outra, como tarefa e dever<sup>113</sup>. É certo que o cristão possui uma visão do mundo e realiza sua obra em condições bem diferentes do homem que ignora o Deus vivo. Finalizando, repetimos São Paulo quando escreve: “*Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo e Cristo é de Deus*” (Cf. 1Cor 3, 22).

### 3.2. Concílio Vaticano II

Estamos, sem dúvida, diante do mais importante acontecimento eclesial do século XX<sup>114</sup>. Concílio eminentemente pastoral, o Vaticano II teve a pretensão de ser sinal e compromisso de renovação e abertura. Optando mais pela presença do que a palavra. A postura nitidamente pastoral marcou seu desenvolvimento, notabilizando-se por uma nova abertura em relação aos leigos. Nosso foco de pesquisa é a situação do laicato, na América Latina, por isso, continuaremos por esse caminho.

Esse Concílio representa um momento particularmente significativo da autoconsciência eclesial. De certa forma, é o ponto de chegada de várias correntes de ideias e também movimentos de renovação que vieram amadurecendo, desde o fim do século dezenove<sup>115</sup>. Porém, para que possamos ver a Igreja em sua variedade de membros, na perspectiva do Vaticano II, precisamos ter bem claro o que está formulado, na *Lumen Gentium*, onde a Igreja reflete sobre si mesma<sup>116</sup>.

<sup>113</sup> Cf. Ibid., p.623.

<sup>114</sup> Cf. AMEIDA, A. J. *Teologia dos ministérios não ordenados na América Latina*, São Paulo: Loyola, 1989, p.16.

<sup>115</sup> Ibid., p. 17.

<sup>116</sup> O cap. I fala do mistério da Igreja, o cap. II, descreve o Povo de Deus em Geral, e o cap. V, sobre a vocação universal à santidade na Igreja, nos oferecem copiosos elementos complementares com surpreendentes dimensões de riquíssimas perspectivas espirituais para os leigos. Pois a palavra <leigo>, tal como é entendida no cap. IV do documento conciliar, já é uma especificação

No Concílio a Igreja volta-se para si mesma, e ao mesmo tempo, volta-se para o mundo. Nesse sentido, a *Lumen Gentium*, constituição dogmática, e a *Gaudium et Spes*, como constituição pastoral, estruturam toda a construção teológica e pastoral do Vaticano II e, como consequência, abrem para uma leitura mais adequada de sua enorme produção magisterial<sup>117</sup>.

### 3.2.1. A Igreja mistério

Desde seu início, O Concílio Vaticano II se caracteriza como Concílio da Igreja: “O Concílio seja um Concílio ‘de Ecclesia’ e se articule em duas partes: *Ecclesia ad intra – de Ecclesia ad extra*<sup>118</sup>. O que é a Igreja? O que a Igreja faz? Esses são os pontos principais em redor dos quais devem dispor todas as questões desse Concílio<sup>119</sup>. Toda a arquitetura do Concílio é apresentada de forma simples e sólida. Como já dissemos, seus dois pilares se encontram, na constituição *Lumen Gentium* sobre a Igreja e na constituição *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo contemporâneo. A primeira irá voltar-se para a Igreja em si mesma, porém, realizando com grande esforço, a explorar sua dimensão de mistério. A segunda irá dar mais ênfase, no que diz respeito a sua realização no mundo<sup>120</sup>. Não pretendemos esgotar aqui essa articulação entre “*ad extra*” e “*ad intra*”, mas

---

de outro termo mais amplo e geral: o de <cristão>, o de <fiel>, de <membro do Povo de Deus>. Antes de alguém ser considerado na Igreja ou <leigo> ou <diácono> ou <presbítero> ou <bispo> ou mesmo <papa> deve ele ser visto como <cristão> ou <membro do Povo de Deus>. Essa é a condição básica, a matéria-prima, o elemento comum, o mais importante, a própria razão de ser do plano divino com relação à criatura humana. E aí, nesse fundamento comum, reside propriamente a grandeza, a dignidade, a novidade trazida por Cristo. Sem isso, nada seríamos embora fôssemos papas, bispos, presbíteros, diáconos ou leigos. <Um é o Povo eleito de Deus> - Cf. KLOPPENBURG, B. *A Ecclesiologia do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes, 1971, p. 238.

<sup>117</sup> O Concílio Vaticano II não é apenas letra, mas também Espírito, e o intérprete deve estar atento a essas duas dimensões para captar, em todo seu alcance a riqueza do contributo conciliar. O espírito conciliar acha-se, porém, de fato, objetivado, nos textos, conciliares e é a esses textos, sobretudo à medida que aumenta a distância entre a sua produção e a sua leitura, que se deve interrogar quando se quer conhecer o pensamento do Concílio, a menos que se queira ceder a veleidades interpretativas – Cf. ALMEIDA A. J. *Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989, p. 17.

<sup>118</sup> Intervenção do Cardeal L. J. Suenes na 33ª Congregação Geral, 4 de Dezembro de 1962: *Acta Synodalia* I, IV, p. 223. Apud ALMEDA, J. A. *Teologia dos ministérios ...* p. 16-17.

<sup>119</sup> Intervenção do Cardeal G. B. Monini: *Acta Synodalia*, I, IV, p. 292. Apud ALMEDA, J. A. *Teologia dos ministérios ...* p. 16-17.

<sup>120</sup> Concílio da Igreja, o Vaticano II foi um evento eclesial, uma experiência de comunhão e de ação de graças (o Concílio foi celebrado), na qual, sob a ação do Espírito Santo, toda a Igreja se pôs a escuta da Palavra de Deus, para redescobrir-se a si mesma diante das expectativas dos homens de nosso tempo – Cf. FORTE, B. *A Igreja ícone da Trindade*, Loyola, São Paulo, p. 16.

percebemos ser pertinente, neste momento, uma reflexão mais detalhada sobre essa questão<sup>121</sup>.

O capítulo primeiro da *Lumen Gentium* apresenta-nos a comunhão do Pai, pelo Filho, no Espírito para nós, como esse mistério. Dela, brota a comunhão entre nós. Essa comunhão é apresentada como modelo para a Igreja. No segundo capítulo, trata do Povo de Deus, povo de batizados, em que todos recebem a mesma graça para viver a condição cristã, comum a todos. Esse ponto representa uma mudança total da situação dos leigos, porque os coloca na mesma vocação e missão dos outros estados de vida dentro da Igreja, e ainda vai trabalhar especificidades deles no capítulo quatro<sup>122</sup>.

Na Igreja Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, todos fazem tudo, mas não da mesma maneira. Nessa realidade, cada cristão vai naturalmente assumindo a única missão da Igreja, a partir de seus dons, de sua vocação pessoal, que se realiza eventualmente em um ministério particular. Nesse sentido, a diversidade de formas e modalidades de apropriação individual da única missão da Igreja irá sempre corresponder à diversidade de carismas, serviços e ministérios de que o Povo de Deus é dotado<sup>123</sup>. Quando assimilamos e compreendemos a Igreja como mistério, ou seja, sacramento de salvação, colocamos automaticamente em destaque a ação conjunta de todos os cristãos. É por meio de todos nós que a intervenção gratuita de Deus em Jesus Cristo é acolhida, manifestada e se coloca a serviço do mundo<sup>124</sup>.

Compreendemos então que mistério, sacramento e ministério, estão ligados um ao outro, ao mesmo tempo em que são interiores um ao outro. Em Jesus, realizou-se a plenitude do mistério de Deus, Ele é o Servidor, é Ele quem associa a si homens e mulheres para serem seus discípulos e seus servidores, e tudo isso se realiza, na ação do Espírito Santo que se doa, e quando é recebido transforma os homens e mulheres em verdadeiros servidores. O mistério da Igreja a partir do momento que é acolhido pelos homens torna-se ministério por parte das pessoas.

O ministério, assim, é confiado à responsabilidade de todos aqueles que o recebem, e a partir disso, vivem solidariamente uns com os outros, de acordo com

<sup>121</sup> Para isto iremos dialogar com PE. José Almeida, que aprofundou essas questões em sua Tese de Doutorado em Teologia, na Universidade Gregoriana em Roma. – Cf. ALMEIDA, A., J., *Teologia dos Ministérios não-ordenados na América Latina*, Loyola, São Paulo, 1989, p. 5.

<sup>122</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Teologia dos ministérios ...* p. 5.

<sup>123</sup> Cf. *Ibid.*, p. 173.

<sup>124</sup> Cf. *Ibid.*, p. 174.

a graça recebida por cada um<sup>125</sup>. Quando falamos de Igreja como sacramento universal de salvação, falamos ao mesmo tempo de “ministério da Igreja”, podemos então, nessa reflexão, superar a oposição entre vida interna da Igreja e presença no mundo. A expressão “ministério da Igreja” coloca num mesmo patamar, em um único dinamismo, a vida interna da Igreja e sua missão no mundo.

Seguindo essa linha de reflexão, percebemos também, que não tem mais sentido distinguir enquanto ministérios os que se situam “*ad intra*” e “*ad extra*”. A Igreja toda, e todos na Igreja estão a serviço da mesma missão, estão a serviço do único desígnio de salvação, aqui não existem fronteiras Igreja-mundo, mas sim, as misteriosas fronteiras Reino-anti-Reino<sup>126</sup>.

Finalmente, para a compreensão da superação entre “*ad extra*” e “*ad intra*”, assimilamos a dimensão globalizante que atinge a Igreja-sacramento da salvação, percebemos também não ser mais possível separar a Igreja funcionária de si mesma e para si mesma da Igreja que age separadamente no mundo. Agora, quanto mais a Igreja for assumida e vivida como sacramento da salvação, mais essas oposições vão perdendo sua razão de ser<sup>127</sup>.

No Novo Testamento e também nos primeiros séculos do cristianismo, essas questões eram mais definidas e esclarecidas. A totalidade do Povo de Deus foi resgatada, no Concílio Vaticano II, como também a abertura para uma compreensão de que esse mesmo Povo vive uma dialética com o mundo, superando a separação entre “*ad intra*” como cristãos que se dedicam às coisas espirituais, e “*ad extra*” como cristãos dedicados às coisas temporais<sup>128</sup>.

A igreja é apresentada, no capítulo I da *Lumen Gentium*: “*De Ecclesiae mysterio*”, e logo nos permite perceber as estâncias da renovação eclesiológica do século XX, inclinada a reencontrar a dimensão interior e sobrenatural da Igreja. Ao mesmo tempo, percebemos, por meio dos movimentos de renovação, uma inclinação a ler, na história, o fruto da iniciativa trinitária, que é a comunhão eclesial. O que percebemos, nesse ponto da reflexão, é que, no mistério eclesial

---

<sup>125</sup> Cf. *Ibid.*, p. 174.

<sup>126</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Teologia dos ministérios ...*, p. 175.

<sup>127</sup> Cf. *Ibid.*, p. 175

<sup>128</sup> Cf. *Ibid.*, p. 182.

<sup>129</sup>, um frescor de profundidade, na relação do mundo, já que a dimensão trinitária traz à consciência que o cristão é, na verdade, um ser que se relaciona *na* história, e não um mero ser *da* história<sup>130</sup>.

Como já tivemos ocasião de notar, ao examinar o processo de formação da Igreja, o anúncio cristão, quando inteiramente acolhido, é gerador de uma *Koinonia*, que pode ser realizada e experimentada, já, na formação das primeiras comunidades cristãs. Notamos ser mediadora de comunhão também, na sua dimensão misteriosa, porque possibilita a participação na comunhão trinitária<sup>131</sup>.

Entendemos, aqui, a Igreja como a essência de sua forma empírica, ela vive, por isso, das dinâmicas e do dinamismo da *koinōnia*. A partir disso, compreendemos a comunhão como uma realidade relacional<sup>132</sup>. Todo o agir entre nós e a Trindade é comunicado pela ótica da fé, que vai se apresentar como um elemento que, entre nós, constitui-se juntamente com outros elementos de anúncio, o que se denomina como *Tradição*; essa tradição, aqui apresentada, é que possibilita que os sujeitos envolvidos participem de uma realidade coletiva que os precede e os supera<sup>133</sup>. Percebemos com essas colocações, que a razão humana dificilmente consegue perceber, porque para Deus não interessa salvar os homens de forma singular, cada um por si, diretamente e sem intermediários, ou então imediatamente e sem instituições sociais, sem religião organizada, sem meios visíveis e sem nenhuma ligação a um povo ou a uma comunidade<sup>134</sup>. Não deve ter sido nada fácil para Pedro, que mesmo depois de Pentecostes, como um judeu habituado a ver sempre ligada a salvação à pertença de um povo, chegar finalmente a esta conclusão: “Agora compreendo que Deus não faz distinção de pessoas, mas que todo aquele que o teme e pratica o bem lhe é agradável, seja de que povo for” (Cf. At 10,34).

Acrescentamos às palavras de Pedro, o que diz o Concílio Vaticano II, na constituição dogmática *Lumen Gentium*: “*Aprouve a Deus santificar e salvar os*

<sup>129</sup> No “mistério eclesial” se supera simultaneamente o visibilismo da Contra-Reforma e se recupera a dimensão histórica da Igreja “no tempo”, situada entre sua origem na missão divina e seu acabamento na Glória de Deus, tudo em todos – Cf FORTE, B. *A Igreja ícone...* p. 18.

<sup>130</sup> Cf. FORTE, B. *A Igreja ícone da Trindade*, p. 18-19.

<sup>131</sup> Cf. DIANICH, S, e NOCETI, S. *Tratado sobre a Igreja*. Aparecida: Santuário, 2007., p. 460.

<sup>132</sup> Encontramos, neste Tratado sobre a Igreja a compreensão de que a Igreja não pode ser pensada e explicada a não ser articulando o pessoal e o comunitário. Ela é uma dinâmica relacional “numericamente única”, além de ser princípio de unificação – Cf. *Ibid.*, p. 460.

<sup>133</sup> Cf. DIANICH, S, e NOCETI, S. *op. cit.*, p. 460-461.

<sup>134</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. *op. cit.*, p. 19.

*homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo que o conhecesse na verdade e santamente o servisse*<sup>135</sup>.

A *Lumen Gentium* nos apresenta a Igreja como sendo mistério que se manifesta a partir da sua fundação, é anunciadora e instauradora do Reino de Deus na história dos homens. Esse mesmo princípio será repetido no Concílio em outro documento: *“Como Deus não criou o homem para viverem isoladamente, mas para formarem uma união social, assim também lhe aprouve santificar e salvar os homens não individualmente, excluindo qualquer conexão mútua, mas constituí-los em um povo”*<sup>136</sup>.

Percebemos que o Concílio fundamenta sua afirmação sobre dois importantes argumentos: a natureza social ou comunitária do ser humano, e a vontade positiva de Deus, ou seja, o plano divino<sup>137</sup>. Por isso, desde o início da história da salvação, Deus escolheu os homens não como indivíduos somente, mas como membros de uma comunidade<sup>138</sup>. Essa índole comunitária é aperfeiçoada e consumada por obra do Espírito Santo em Jesus de Nazaré. Primogênito entre muitos irmãos, depois de sua morte e ressurreição, pela ação do mesmo Espírito, instituiu entre todos aqueles que o recebe pela fé, uma nova comunhão fraternal, em seu corpo que é a Igreja<sup>139</sup>.

Portando, na expressão, “a Igreja como mistério” as colocações do Concílio querem explicitar que a Igreja é uma realidade divina transcendente e salvífica visivelmente presente entre os homens: na parte externa e visível da Igreja, ao mesmo tempo, esconde-se e revela sua realidade divina e humana<sup>140</sup>. A Trindade, fonte e imagem exemplar de Igreja, é a própria meta<sup>141</sup>. *“Nascida do Pai, pelo Filho, no Espírito, a comunhão eclesial deve, no Espírito e através do Filho, voltar ao Pai, até o dia em que tudo seja submetido ao Filho e este ao Pai tudo confie, para que Deus seja Tudo em todos”*<sup>142</sup>.

Esta *“mystica comunio”*, cristológica e pneumatologicamente têm sua expressão maior social e historicamente, como realização última no Povo de Deus. Percebemos que essa *“mystica comunio”* encontra, no Povo de Deus, a nova e

<sup>135</sup> Cf. LG 9 a/24

<sup>136</sup> Cf. GS 32 a/297.

<sup>137</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 20.

<sup>138</sup> Ibid., p. 20.

<sup>139</sup> Cf. GS 32/297 ss.

<sup>140</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 21.

<sup>141</sup> FORTE, B. *A Igreja ícone da Trindade*, p. 23.

<sup>142</sup> Ibid., p. 23.

definitiva Aliança. Em Jesus Cristo, sua expressão como “*socialis communio*” se define, a noção de Povo de Deus que, na constituição dogmática *Lumen Gentium*, segue à do Mistério da Igreja, exprime assim a dimensão histórica da Igreja, uma Igreja situada “*inter tempora*”, ou seja, entre as divinas missões do Filho e do Espírito, que lhe deram - e continuamente vão lhe dando - origem, em vista da consumação escatológica, quando Deus será tudo em todos<sup>143</sup>.

O Concílio abre sua Constituição dogmática sobre a Igreja com as palavras *Lumen Gentium*, mas, essa *luz dos povos* não é a Igreja: *Lumen gentium cum sit Christus*, a luz dos povos é Cristo! Dessa forma, podemos perceber que desde suas primeiras palavras, o Concílio Vaticano II quer dar-nos uma perspectiva totalmente cristocêntrica e a Igreja é relativa ao Cristo, ao Espírito Santo, e ao Reino. Só podemos compreender essa dimensão misteriosa da Igreja, relacionando-a com Cristo, O Senhor Glorificado! A Igreja vive de Cristo<sup>144</sup>! Pela força do Espírito Santo.

### 3.2.2. Igreja e ministérios

A comunidade cristã organiza-se para continuar em sua caminhada histórica sempre fiel ao projeto de Deus. Uma comunidade que procura discernimento por meio dos acontecimentos, e assim, vai descobrindo qual o melhor caminho a seguir<sup>145</sup>.

Observamos, também, que a Igreja procede do dom da Comunhão que une entre si os fiéis com um forte laço de fé. Formando uma comunidade unida, na fé, eles vivem uma nova vida em Cristo, fortemente unidos entre si, formando, assim, um organismo vivo “o Corpo de Cristo”. Essa profundidade da existência da Igreja tem sua dimensão ontológica e o que de mais profundo existe, na Igreja, está vivo, na interioridade das pessoas, que se exprime em seu relacionamento cotidiano<sup>146</sup>. Pretendemos aqui colocar em destaque que é por necessidade

<sup>143</sup> Cf. ALMEIDA, A. J. *Teologia dos ministérios não-ordenados*. p. 18.

<sup>144</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 25.

<sup>145</sup> Cf. RODRIGUES, E. R. *Ministérios dos leigos na Igreja à luz do Novo Testamento*. Aparecida: Santuário, 2001, p. 53.

<sup>146</sup> Podemos observar que, quanto mais, essa rede de relacionamento interior e interpessoal chega ao nível da expressão pela palavra e pelos fatos, transformando-se em presença operosa de um sujeito coletivo no âmago da história dos homens, tanto mais o evento interior adquire um corpo visível, com formas precisas e determinadas de agregação social, que se constitui por meio de estruturas bem ajustadas, constante e tendente à estabilidade – Cf. DIANICH, Severino; NOCETI, Serena, op. cit., p. 615.

intrínseca que a experiência dessa comunidade de fé conduz à necessidade de uma institucionalização.

Sem esse natural processo de institucionalização, a Igreja permaneceria misteriosamente escondida, na interioridade dos fiéis, sendo assim, não significaria tanto para a sociedade, como para o conjunto das realizações e da vida humana em si<sup>147</sup>. Os processos de institucionalização dos componentes mais vitais são inevitáveis e necessários para que se realize em continuidade com a missão, e também, com total fidelidade ao mandato original. Uma Igreja que nasce da fé; tanto é real que muitos aspectos institucionais das comunidades cristãs, começando pelos sacramentos, somente pela fé são aceitos na Igreja como autêntica verdade do Senhor<sup>148</sup>.

Uma Igreja que professa sua fé em Cristo, em continuidade com a missão dos apóstolos de dar continuidade à obra iniciada em Jesus, de encarnar em suas vidas os seus feitos e os ensinamentos, dos quais estes são testemunhas vivas. Sendo assim, a prática de Jesus deve ser o eixo em torno do qual deve girar toda sua organização e experiência de vida cristã<sup>149</sup>.

Exatamente, por isso, não podemos falar adequadamente de carismas e ministérios sem nos referirmos à apostolicidade da Igreja, como também, não podemos deixar de nos referir ao papel fundamental dos Apóstolos, porque não é possível falar de ministérios sem um adequado discurso cristológico (sobre a missão-ministério de Jesus Cristo)<sup>150</sup>.

O livro do Ato dos Apóstolos apresenta um quadro sugestivo das duas forças propulsoras do movimento cristão: o Espírito e a Palavra. Essas duas forças estabelecem a coesão entre os fiéis e, ao mesmo tempo, capacita-nos para a perfeita comunicação da mensagem da salvação, mensagem essa que é entendida

<sup>147</sup> Cf. DIANICH, S. e NOCETI, S. op. cit., p.616.

<sup>148</sup> Cf. Ibid., p. 679.

<sup>149</sup> Cf. RODRIGUES, E. R. op. cit., p. 39.

<sup>150</sup> Nesta linha, “a partir do Vaticano II, e também fora da teologia católica e, mais precisamente, no âmbito do Conselho Ecumênico das Igrejas, consolidou-se muito a doutrina que vê nos Apóstolos e na apostolicidade um duplo papel emblemático: um, genérico, que se difunde em toda a Igreja (missão, apostolado, empenho doutrinal, de conservação e progresso na fé, serviços, ministérios e carismas...); outro específico, que, por sucessão especial, passa a somente a alguns, os ‘chefes’, os ‘presidentes’ na Igreja... Permanece firme, de qualquer maneira, a convicção que apostolicidade diga algo de essencial -, algo de universal, que diz respeito e a todos: o caráter de toda a realidade que qualifica a vida e a obra da Igreja (autoridade, ministérios, serviços, sacramentos, missão etc.) deve evidenciar o ‘regime de encarnação’, o ‘Espírito’ ainda ligado à carne, justamente porque Espírito de Cristo – Cf. ALMEIDA, A., J., *Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina*, São Paulo: Loyola, 1989, p. 185.

por todos os povos, pois ela corresponde diretamente ao anseio do homem pela união definitiva com Deus<sup>151</sup>.

É evidente que não estamos falando aqui da palavra retórica, ou de demagogia alienante que geralmente estamos acostumados a ouvir. Estamos, sim, falando da dimensão profética da Palavra de Deus apresentada por Lucas, palavra que desvenda a realidade escondida atrás de ideologias que procuram manter o povo na exploração e na opressão<sup>152</sup>. Pelo exercício da função profética e de denúncia contra qualquer violação da paz, da solidariedade e da justiça, e também pelo esforço pela construção, na unidade visível entre as igrejas, com o serviço do anúncio do “evangelho da paz” e da recapitulação de “tudo em Cristo”, a igreja de Cristo se coloca a serviço da unidade do gênero humano, segundo o projeto de Deus<sup>153</sup>.

Nesse sentido, essa unidade da Igreja prefigura, prepara e antecipa a unidade da família humana, aqui, a Igreja se torna sinal evidente de uma *Koinonia*, que não significa anular as particularidades, mas sim, comunhão de convivência das diferenças consideradas como riquezas do patrimônio comum<sup>154</sup>. É, nessa realidade vital e *ontológica*, que vai se configurando a formação desse novo Povo de Deus, povo cristão, povo formado por seres vivos que participam da mesma vida de Deus e do Espírito<sup>155</sup>. Isso é o que significa primeiramente o sacramento do Batismo água e Espírito, que é a porta de entrada da Igreja<sup>156</sup>; a Confirmação, que é um sacramento pessoal que fortalece cada cristão e, ao mesmo tempo, comunica o Espírito Santo (cf. At 8,16); e a Fração do pão, que é o sacramento da vida (cf. At 2,42).

Uma das mais belas imagens de Igreja apresentada, no Novo Testamento, que recebe muita admiração dos fiéis, é aquela da construção da casa, ou de um nobre edifício, que tem como propósito o encontro do homem com Deus; essa é a casa e o templo na cidade dos homens. Quando, finalmente, o Reino alcançar sua plenitude, uma nova cidade virá de Deus para que, nela, resplandeça a plenitude da paz. Na Jerusalém do céu, não precisamos de templo algum. Mas, enquanto

<sup>151</sup> Cf. A Palavra profética (At 2, 2-4), In: RODRIGUES, E. R. op. cit., p. 41.

<sup>152</sup> Cf. RODRIGUES, E. R. op. cit., p. 42.

<sup>153</sup> Cf. DIANICH S. e NOCETI, S. op, cit., p. 477.

<sup>154</sup> Cf. Ibid., p. 477

<sup>155</sup> Cf. At 9, 31 – Este povo é povo novo, que vive a vida dos filhos de Deus dentro de cada um de seus membros.

<sup>156</sup> Cf. Mencionada várias vezes em At 2, 37-38.

estivermos aqui, na terra, ainda precisamos de um templo. Jesus anuncia a Pedro quando este acabara de fazer sua profissão de fé, que a ele seriam dadas as chaves para a porta do Reino.

É evidente que Jesus não pensava em um edifício sagrado, e sim, na comunidade de seus discípulos, e a pensou edificada sobre uma rocha, capaz de resistir a qualquer ataque e até a morte. A Igreja teria, assim, para Jesus a qualidade de indefectibilidade, pois, ele haveria de fundá-la e sustentá-la sobre o apóstolo, aquele a quem o Pai inspira a profissão de fé: *indefectível, essencialmente, porque capaz, pela graça divina, de proclamar para sempre a verdade da revelação. Indefectível, infalível e apostólica*<sup>157</sup>, essas são as três características que Jesus desejou para a comunidade e seus discípulos. Nessa ótica, o povo de Deus tem seus líderes (Cf. At 1,8-12), os apóstolos têm seus colaboradores (Cf. At 8,5), desta Igreja só podemos falar teologicamente a partir da Ressurreição e de Pentecostes<sup>158</sup>. Ela é, essencialmente, um acontecimento do Espírito, que primeiro ressuscita Jesus dentre os mortos, transforma-lhe toda a sua existência, de carnal para a existência espiritual, ou seja, pneumática (Cf. At 5,42; 14,17), e depois, desceu sobre os Doze para fazê-los Apóstolos, fundadores de comunidades eclesiais (Cf. At 3,15). É o Espírito que anima uma forma específica de organização eclesial<sup>159</sup>.

A partir disso, podemos pensar a Igreja como um templo, porque é a Palavra de Deus que congrega os fiéis, a Igreja é animada pelo Espírito Santo, e o Espírito Santo também que conduz os que creem para a verdadeira fé, e os fiéis se enchem de vida se tornando homens novos, membros do Corpo de Cristo, e assim, com Ele e como Ele se tornam filhos no único Filho. Como filhos de Deus, no Filho

<sup>157</sup> DIANICH, S e NOCETI, S. op. cit., p. 478.

<sup>158</sup> O termo grego “pentecostes” significa cinquenta. No calendário judaico designa a festa celebrada cinquenta dias após a Páscoa. A princípio, a festa agrícola da colheita do Trigo (Ex 23,16), que foi, a partir do Exílio da Babilônia, no séc. V a.C., “historicizada”: de celebração de um evento agrícola, que se repetia a cada ano, foi transformada em celebração de um evento único e central, a Aliança do Sinai. No séc. III a.C., havia uma festa de renovação da Aliança, que parece corresponder justamente a essa festa de Pentecostes (1Cor 16,8). Essa festa comemora o dom da Lei no Sinai: celebrando a Aliança, permitia-se renová-la. Para Lucas, essa aliança teve como marco principal o anúncio do Espírito Santo a Maria de poder trazer ao mundo o Filho de Deus feito homem, para anunciar o Reino de Deus a todas as nações, sendo Ele próprio Verbo que se fez carne no meio do Povo (Lc 1,26ss). O segundo momento como consumação de toda a Tradição foi a vinda do Espírito Santo em Pentecostes, que transformou homens fracos em fortes anunciadores da Igreja de Jesus Cristo (At 2ss) – Cf. RODRIGUES, E. R., *Ministério dos leigos na Igreja, Santuário, Aparecida*, 2001, p. 42.

<sup>159</sup> Cf. RODRIGUES, E. R. op. cit., p. 46.

são, então, enriquecidos pelos dons do mesmo Espírito, e assim, também pelo Espírito Santo são santificados<sup>160</sup>.

Em uma comunidade onde todos se sentem irmãos, se sentem e são, porque estamos falando, aqui, de pessoas que se deixam mover pelo Espírito Santo, no respeito à vida que se torna sagrado, portanto, nessa comunidade, não pode haver individualismo, nem mentira, nem idolatria, nem dominação, nem capitalismo, etc.<sup>161</sup>. Sendo assim, aquele que se deixar seduzir por forças que geram o pecado e a morte, exclui-se, morre para a comunidade, porque rejeitou a força do Espírito Santo (cf. At 5, 1-4).

Essa comunidade de fiéis se enche de vida pelo dom da santidade que lhe é concedido a todos aqueles que participam, na fé, recebendo, também, cada um o seu carisma particular, uma comunidade que nasce da Palavra de Deus é santa e carismática<sup>162</sup>. Por isso, a diversidade de dons e carismas é obra do Espírito Santo que age nessa diversidade e aponta para os inúmeros ministérios e para as diversas funções das mulheres e homens da Igreja. Essa variedade de carismas é que enriquece a participação de todos os cristãos, nas suas comunidades, oferecendo, assim, mais espaço e com a participação de todos, realizando ao máximo seu potencial, porém, sem violentar a unidade, pois todos os dons possuem a mesma fonte: o Espírito Santo de Deus<sup>163</sup>.

Assim, a comunidade de fiéis repleta de vida e chamada pelo Pai está reunida em torno de Jesus e é vivificada pelo Espírito Santo. Os fiéis agora olham a cidade dos homens como lugar de oferecimento de si mesmos, em busca do encontro com Deus, formando, assim, comunidades múltiplas e diversificadas, onde se realizam e constituem o único corpo de Cristo, e o único templo do Espírito Santo, se sentem construídos, na fé, sobre a força da mesma Palavra, testemunhada pelos apóstolos<sup>164</sup>. Enfim, essa comunidade, finalmente, é o lugar, o local, onde se celebra a liturgia da vida, e, ao mesmo tempo, celebra a liturgia dos

<sup>160</sup> Cf. DIANICH, S e NOCETI, S. op. cit., p. 478-479.

<sup>161</sup> Cf. RODRIGUES, E. R. op. cit., p. 50.

<sup>162</sup> Os carismas são dons que procedem do Espírito Santo. Ter carismas é possuir dons extraordinários como falar em línguas (At 2, 4.8-11), publicando as maravilhas de Deus (At 2, 15-21); profetizar (At 11, 27 s), conhecer, entender e falar das escrituras, doutores (At 13,1s); pregar o Evangelho (At 6,8ss); realizar milagres (At, 6,8) e ter visões (At 7,55) – Cf. RODRIGUES, op. cit., p. 53.

<sup>163</sup> Cf. RODRIGUES, R. E. op. cit., p. 54.

<sup>164</sup> Cf. DIANICH, S. e NOCETI, S. op. cit., p. 479.

sacramentos: o edifício espiritual, que está unificado por um sacerdócio santo, que oferece ao Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo, sacrifícios espirituais.

Depois de toda essa reflexão, chegamos à compreensão da Igreja como um Povo Sacerdotal, que tem a missão de criar um relacionamento fecundo entre o mundo e Deus, oferecendo a Deus para isso, a própria existência e as próprias obras<sup>165</sup>.

### 3.2.3. Luz dos Povos – *Lumen Gentium*

Para podermos compreender toda a amplitude e riqueza da noção que o Concílio Vaticano II nos oferece no que diz respeito ao leigo na Igreja, temos que ler e meditar a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, que tanto valoriza os leigos. O capítulo I apresenta-nos uma reflexão sobre o mistério da Igreja, o capítulo II descreve o Povo de Deus em geral, parte fundamental foi colocar isso antes de se falar, na hierarquia, no capítulo III, o capítulo IV volta a falar do leigo e o capítulo V apresenta-nos uma reflexão sobre a vocação universal para a santidade da Igreja. Este capítulo apresenta, também, elementos complementares com dimensões riquíssimas para uma perspectiva espiritual para os leigos. Visto que o termo “leigo”, no capítulo quatro, já é apresentado, no documento conciliar, com uma especificação mais ampla e geral; ele é apresentado como “cristão”, e também como, “fiel”, membro do “Povo de Deus”<sup>166</sup>.

Desta forma, antes de alguém ser considerado, na Igreja ou “leigo”, ou “diácono”, ou “presbítero”, ou “bispo”, ou mesmo “papa”, deve ser visto, acima de tudo, como “cristão”, membro do Povo de Deus. Encontramos, aqui, a condição básica, a matéria-prima, a própria razão de ser do plano divino com relação à pessoa humana. Está contida aqui, neste fundamento comum, a grandeza, a dignidade da novidade trazida por Jesus Cristo.

É muito importante compreendermos bem essas questões, para assim trabalharmos a Igreja proposta, no Concílio Vaticano II, uma Igreja que se realiza com variedades de membros em vista de um único objetivo, ou seja, a salvação de todo o Povo de Deus. Por isso, o capítulo que fala da hierarquia vem apenas em terceiro lugar. Por esse mesmo motivo, os componentes da hierarquia (papa,

<sup>165</sup> Cf. *Ibid.*, p 479-480.

<sup>166</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. *op. cit.*, p. 238-239.

bispos, presbíteros, diáconos) são apresentados também, como “servidores do Povo de Deus”<sup>167</sup>. Aqui, frei Boaventura vai dizer que eles não são os donos da Igreja, da diocese, ou da paróquia. Insiste também que o documento retoma sempre as palavras “serviço”, “ministério”, “diaconia”, quando se refere à ação dos membros da hierarquia, insinua que, nesse ponto, o Concílio Vaticano II deseja corrigir uma perspectiva nada evangélica que infelizmente estávamos habituados devido à tradição equivocada de muitos séculos: da hierarquia como poder<sup>168</sup>.

Nessa visão equivocada, estamos acostumados a imaginar a Igreja como uma pirâmide, ou seja, papas, bispos, sacerdotes, que presidem, ensinam e santificam, governam com autoridade e poder; na base, encontra-se o povo cristão, passivo e receptivo, em que parece ocupar um lugar nitidamente inferior e secundário. Estamos diante de um grande equívoco; contra esse tipo de clericalismo triunfalista, reagiu o Concílio com muita vivacidade, mostrando, inclusive, que o poder hierárquico é apenas algo transitório, que pertence ao tempo da peregrinação terrestre. Na Igreja celeste, no estado definitivo, a hierarquia, aqui, já não terá mais razão de ser, visto que os eleitos já terão chegado à perfeita unidade em Cristo. O ministério da hierarquia é uma situação passageira, o Povo de Deus é um estado permanente<sup>169</sup>.

Essas colocações foram feitas pelo Bispo de Bruges (Bélgica), Dom Emílio De Smedt, já, na primeira Sessão do Concílio em um memorável discurso pronunciado, na Aula Conciliar no dia 1/12/62 (31ª Congregação Geral)<sup>170</sup>. Ele também irá afirmar que devemos também tomar cuidado ao nos referirmos sobre a Igreja para não cair, no hierarquismo. O que deve sempre prevalecer é a visão de Igreja como Povo de Deus, a essa Esposa do Verbo, a esse Sacrário do Espírito santo, a qual a hierarquia deve prestar seus humildes serviços, para que Ela chegue à idade perfeita que é a Plenitude de Cristo<sup>171</sup>.

O Concílio propõe uma nova ótica para a posição do cristão enquanto *leigo* na Igreja. E, nessa mesma perspectiva, deve-se ver a posição do cristão como *hierarca* na Igreja. O fundo deverá ser sempre o mesmo, uma condição de

---

<sup>167</sup> Cf. Ibid., 239

<sup>168</sup> Cf. Ibid., 239.

<sup>169</sup> Cf. Ibid., 239.

<sup>170</sup> Cf. Ibid., 239.

<sup>171</sup> Cf. Ibid., p. 240.

absoluta igualdade. Uns e outros deverão ser sempre igualmente fiéis, igualmente cristãos, igualmente membros do Povo de Deus, templos do Espírito Santo, configurados com Cristo, vivendo com Ele, por Ele, e n' Ele. É somente a partir desse ponto que as diferenças começam:

Para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu na Sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o Povo de Deus e, portanto gozam da verdadeira dignidade cristã, aspirando livre e ordenadamente ao mesmo fim, cheguem à salvação<sup>172</sup>.

Como diz a *Lumen Gentium*, não somente os hierarcas, também os leigos são testemunhas de Cristo, instituídos como tais para essa função. Esse documento Conciliar insiste, muitas vezes, nessa questão, e não vai deixar de fora o apostolado exercido, na realidade matrimonial e familiar pelos leigos.

Lá existe o exercício e a escola insigne do apostolado dos leigos, onde a religião cristã invade toda a instituição da vida e dia a dia mais e mais a transforma. Lá os cônjuges têm uma vocação própria, para que sejam mutuamente e para seus filhos testemunhas da fé e do amor de Cristo. A Família cristã proclama em alta voz tanto as presentes virtudes do Reino de Deus quanto a esperança da vida feliz. Assim, pelo testemunho argúí o mundo de pecado e ilumina aqueles que procuram a verdade<sup>173</sup>.

Notamos<sup>174</sup> que em todos estes textos, o Concílio insiste, nas virtudes teologais da fé, esperança e caridade. Destacando aqui a virtude da esperança, que é a virtude básica, que se encontra nos dias de hoje bastante esquecida. O mundo, hoje, encontra-se dominado por sentimentos negativos, como: angústia, medo, desespero, e muitos outros, diante dessa realidade a virtude da esperança se torna imprescindível<sup>175</sup>. Por tudo isso, os leigos devem ser, nos dias de hoje, testemunhas vivas da esperança cristã, eles devem dar razões de sua esperança em tudo o que realizam<sup>176</sup>, e não devem ocultá-la no mais íntimo de sua alma, e sim,

---

<sup>172</sup> LG 18.

<sup>173</sup> LG 35.

<sup>174</sup> Refletimos com Frei Boaventura Kloppenburg, professor de teologia dogmática desde 1951, redator da **Revista Eclesiástica Brasileira** desde 1953, consultor da Comissão Teológica pré-conciliar, perito na Comissão Teológica do Concílio Vaticano II, cronistas das atividades conciliares, dono de um dos mais ricos arquivos particulares sobre o último Concílio e autor de grande número de artigos teológicos quase sempre encontrados nos documentos do Concílio Vaticano II. São essas credenciais que o habilitam para apresentar-nos às grandes linhas da **Eclesiologia do Vaticano II**, que foi um Concílio essencialmente eclesiológico.

<sup>175</sup> Cf. *Ibid.*, p. 247.

<sup>176</sup> Cf. LG 10.

exprimi-las nas estruturas da vida secular<sup>177</sup>, e assim, a família cristã poderá proclamar em alta voz a esperança da vida feliz realizada a partir da fé<sup>178</sup>. Agindo dessa forma, destacar-se-ão daqueles que se encontram desesperados, dos que se encontram torturados pela vida daí, esses se sentirão atraídos para viverem a mesma vida feliz, na fé, esperança e caridade. E isso é o apostolado, assim, serão os leigos luz no mundo e sal na terra<sup>179</sup>.

Imbuídos dessa concepção cristã, no mundo, os leigos poderão iniciar o seu apostolado mais específico, que é o da animação, visto aqui a partir da *anima* (espírito). Essa ação se manifesta, no interior do ser e do existir, de dentro para fora, o esforço de informar com o Espírito cristão a mente e os costumes, as leis e as instituições sociais ou comunitárias. Isso é o apostolado da restauração da ordem temporal<sup>180</sup>. O apostolado da animação é descrito, no último parágrafo do capítulo IV da *Lumem Gentium*, especificamente no número 38:

Cada leigo individualmente deve ser perante o mundo uma testemunha da ressurreição e vida do Senhor Jesus e sinal do Deus vivo. Todos juntos e cada um na medida de suas possibilidades devem alimentar o mundo com frutos espirituais. Devem difundir no mundo aquele espírito pelo qual são animados os pobres, os mansos e os pacíficos que o Senhor no Evangelho proclamou bem-aventurados. Numa palavra “o que a alma é no corpo”, isto seja no mundo os cristãos<sup>181</sup>.

Logo, nos primeiros capítulos, a *Lumem Gentium* traz como proposta de mudanças, na visão sobre o leigo, dentro de um contexto de igual dignidade de todos os cristãos, e a participação também dos leigos, no tríplice *munus* de Cristo. O leigo é, agora, apresentado, antes de tudo, como fiel e membro do Povo de Deus, incorporado, pelo batismo, em Cristo e na Igreja<sup>182</sup>, a partir desses pressupostos básicos, surge a visão de sua real especificidade: “*Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus*”<sup>183</sup>.

Porém, no capítulo II, mais especificamente, no número doze, fala-se também da participação geral na missão profética de Cristo. Nesse ponto, o documento conciliar fará uma exposição sumária acerca do senso de fé no povo

<sup>177</sup> Cf. LG 35.

<sup>178</sup> Cf. LG 35.

<sup>179</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 247.

<sup>180</sup> Cf. Ibid., p. 251.

<sup>181</sup> Cf. Ibid., p. 253.

<sup>182</sup> Cf. DIANICH, S. e NOCETI, S. op. cit., p. 503.

<sup>183</sup> LG 31.

cristão. Nesse parágrafo, ensina o Concílio, o senso de fé é executado e sustentado pelo Espírito Santo e não pelo ensinamento do Magistério Eclesiástico, em todos, desde os bispos até o último dos fiéis leigos<sup>184</sup>.

É ainda por essa mesma ação divina que cada pessoa fiel recebe a palavra de Deus, apega-se a ela, penetrando, no mais profundo do seu ser, e, assim procura aplicá-la, na vida cotidiana, no seu dia-a-dia. Em tudo isso, a ação magisterial da Igreja tem apenas a função de dirigir ou orientar, doutrina semelhante é proposta, no mesmo documento, no número dezenove, quando diz que os Apóstolos, ao pregarem por toda parte o Evangelho, “aceito pelos ouvintes por obra do Espírito Santo”, congregam a Igreja universal<sup>185</sup>.

Cristo deu também aos leigos a graça da palavra, sempre com o fim de torná-los participantes mais aptos de seu múnus profético<sup>186</sup>. Nesse contexto, o documento conciliar não explica o que se deve entender por “graça da palavra”, mas por estar imediatamente ligado ao senso de fé, remete-nos ao número doze do capítulo II que, logo após falar do senso de fé, expõe a doutrina do Concílio, no que diz respeito aos carismas do Espírito Santo ao Povo cristão<sup>187</sup>. O texto é bastante claro quando explicita o seguinte:

Não é apenas através dos sacramentos e dos ministérios que o Espírito Santo santifica e conduz o Povo de Deus e o orna de virtudes, mas repartindo seus dons “a cada um com lhe apraz (cf. 1 Cor 12,11)”, distribui também entre os fiéis de qualquer ordem graças especiais. Por elas os tornam aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios que contribuem para a renovação e o maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: “A cada um é dada a manifestação do Espírito para a utilidade comum (cf. 1Cor 12,7)”.

Esse texto conciliar distingue entre a ação do Espírito Santo através dos sacramentos e ministérios e a ação do Espírito Santo através dos carismas. O que podemos perceber a partir da reflexão deste texto é que pode haver também ação divina fora dos sacramentos e dos ministérios. O Espírito Santo não está ligado somente a um determinado grupo de pessoas<sup>188</sup>.

Quando falamos de carismas, somos tentados a ver neles somente os dons extraordinários, como: dom das línguas, de curar, de fazer milagres, etc. Na carta

<sup>184</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 248.

<sup>185</sup> Cf. Ibid., p. 248

<sup>186</sup> Cf. LG 35-88.

<sup>187</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 248-249.

<sup>188</sup> Cf. Ibid., p. 249.

de São Paulo aos Romanos, percebemos que ele conheceu carismas um tanto espetaculares, ele também fala em sua carta sobre o dom de expor as mais altas verdades religiosas, e de apresentar o ensino sobre Jesus Cristo (carisma ou graça da palavra); fala do carisma da fé, da pregação, da exortação, da consolação, do serviço, do discernimento dos espíritos, de assistência aos necessitados, de administração e de direção da Igreja, etc. (cf. Rm 12; 1Cor 12).

Percebemos, nessa carta, que aos olhos de Paulo, a Igreja de Cristo não é apenas uma organização administrativa, mas sim, antes de tudo, um vivo conjunto de dons, carismas e serviços<sup>189</sup>. Nessa mesma linha, continua a reflexão apresentada na *Lumen Gentium*: “*Estes carismas quer eminentes, quer mais simples e mais amplamente difundidos, devem ser recebidos com gratidão e consolação, pois que são perfeitamente acomodados e úteis as necessidades da Igreja*”<sup>190</sup>. Os dons extraordinários, todavia, não devem ser temerariamente pedidos, nem deles deve presunçosamente ser esperado frutos de obras apostólicas. “*A eles em especial cabe não extinguir o Espírito, mas provar todas as coisas e ficar com o que é bom*” (Cf. 1Tes 5,12; 19-21).

O Documento vai lembrar, mais a frente, como devem proceder os pastores diante dos carismas dos fiéis: “*reconhecer os carismas dos fiéis*”<sup>191</sup>, sendo assim, aos presbíteros recomenda o Concílio, que reconheçam com alegria e também incentivem, com entusiasmo, todas as formas de carismas dos leigos, desde os mais modestos até os mais elevados.

A partir dessas colocações, podemos compreender que a “graça da palavra”, com que Cristo munuiu os leigos é para que pudessem participar com facilidade de sua missão profética, e também, para que a força do Evangelho brilhasse e se manifestasse mais na vida cotidiana, familiar e social<sup>192</sup>. É, pois, um dom especial do Espírito Santo, que nunca faltará a quem de coração sincero se dedicar ao apostolado do testemunho<sup>193</sup>. Numa palavra, ‘o que a alma é no corpo, isto sejam no mundo os cristãos’<sup>194</sup>.

---

<sup>189</sup> Cf. Ibid., p. 249.

<sup>190</sup> Cf. LG 28.

<sup>191</sup> Cf. LG 30.

<sup>192</sup> Cf. KLOPPENBURG, B. op. cit., p. 249.

<sup>193</sup> Ibid. p. 249.

<sup>194</sup> Ibid. p. 249.

### 3.3. Conclusão

Fizemos um rápido retorno às colocações do Concílio Vaticano II; nossa intenção foi analisar juntamente com outros teólogos as riquezas que ainda estão contidas nos documentos desse concílio. No que diz respeito ao laicato, que é o foco de nossa pesquisa, procuramos observar a situação do laicato na Igreja e no mundo.

Para isso, destacamos o Concílio Vaticano II como o Concílio da Igreja, ou seja, *'de Ecclesia'*, que se articula em duas partes: *ad intra* – e *ad extra*. O que buscamos aqui foi procurar entender o que é a Igreja, o que ela faz? Em busca dessa resposta, analisamos a Igreja como Mistério, e também a Igreja e os ministérios, com isso, compreendemos, então, que mistério, sacramento e ministério estão ligados um ao outro, ao mesmo tempo em que são interiores um ao outro.

Explicitando de forma mais clara, em Jesus Cristo, realizou-se a plenitude do mistério de Deus. Nada mais está oculto, tudo está revelado, Ele é o Servidor, é Ele quem associa a si homens e mulheres para serem seus discípulos e seus servidores, e tudo isso se realiza, na ação do Espírito Santo, que se doa, e quando esse é recebido, aceito e compreendido transforma os homens em verdadeiros servidores. Aqui, nesse ponto, o mistério da Igreja, quando acolhido pelas pessoas, torna-se então ministério por parte destes.

O ministério, então, é confiado à responsabilidade de todos que o recebem e acolhem. Os homens e mulheres agora são capazes de viver solidariamente uns com os outros, de acordo com a graça recebida. Quando falamos de Igreja, “sacramento universal de salvação”, dizemos, ao mesmo tempo, de “ministério da Igreja”. Portanto, a expressão, “ministério da Igreja” coloca num mesmo patamar, em um único dinamismo, a vida interna da Igreja e sua missão no mundo.

Avançamos nessa reflexão para compreender que, diante disso, não podemos mais separar a ação de alguns que se dedicam à vida interna da Igreja, daqueles que se encarregam de ser presença cristã, no mundo, por meio do testemunho de vida. A igreja toda, e todos, na Igreja, estão a serviço da mesma missão, aqui já não existem mais fronteiras Igreja-mundo, mas sim, a misteriosa fronteira Reino-anti-Reino.

Percebemos, também, o verdadeiro sentido de Igreja e ministérios, uma Igreja, que professa sua fé em Jesus Cristo, em continuidade com a missão dos apóstolos. Qual a missão dos Apóstolos? É a de dar continuidade à obra iniciada em Jesus, e também de encarnar em suas vidas os feitos e os ensinamentos do Nazareno, dos quais estes se tornam testemunhas vivas, como afirma Paulo: *“Já não sou eu quem vive, mas é Cristo que vive em mim”* (Gl 2, 20).

Compreendemos que não podemos falar adequadamente de carismas e ministérios sem nos referirmos à apostolicidade da Igreja, ao mesmo tempo, que não podemos deixar de nos referir ao papel fundamental dos Apóstolos, justamente porque não é possível falar de ministérios sem um adequado discurso cristológico (sobre a missão-ministério de Jesus Cristo).